



PSD p.2

Presidente
"Política de imigração
mais aberta"



PSD p.14

Parlamento
Reforçar os "bons
resultados" no turismo

POVO LIVRE



nº 1876

20 de Maio de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

UMA NOVA AMBICÇÃO PARA PORTUGAL

CAMINHO



Jantar da coligação que assinala o primeiro aniversário da saída da "troika", em Guimarães

“Política de imigração mais aberta”



O Primeiro-Ministro português propõe que a União Europeia (UE) debata “uma política de imigração mais aberta”, moralmente justa e potencialmente benéfica no médio prazo em termos económicos e sociais. Pedro Passos Coelho assumiu esta posição numa intervenção na II Cimeira de Presidentes da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, no Salão Nobre da Assembleia da República, em Lisboa, dia 11. “Sabemos que enfrentamos hoje, na UE, um contexto político e económico que limita as nossas escolhas. Estamos a sair de uma grave crise, que atingiu muito em particular países como Portugal. Assistimos à subida de partidos com uma agenda e uma retórica populista. Mas é importante termos igualmente presente a justiça moral inerente a uma política de imigração mais aberta e os benefícios económicos e sociais de médio prazo que dela podem resultar”, afirmou.

O líder do Executivo considerou que “as tragédias que se têm repetido no Mediterrâneo são profundamente revoltantes e merecem a mais séria reflexão, quer dos países de destino, quer dos países de origem e de trânsito”.

Defendendo que é preciso “abordar as causas deste problema”, Passos Coelho referiu que “a evolução da economia global nas últimas décadas tem levado ao agravamento das desigualdades entre países”, acrescentando: “Por tudo isto, é importante termos, em cada um dos nossos países, um debate sério e aprofundado sobre a política de imigração que queremos”.

O Primeiro-Ministro manifestou ter em conta que “esta é uma matéria complexa, muitas vezes com custos políticos e financeiros de curto prazo nos países destino”. Contudo, assinalou que “os países europeus são, em geral, países envelhecidos e com perspectivas de cresci-



mento relativamente baixas” e sustentou que “a entrada de imigrantes tem sido historicamente um elemento de dinamismo e de promoção do crescimento económico”.

Segundo Passos Coelho, “uma política de imigração mais positiva, mais coerente nas suas várias dimensões, só faz sentido a nível europeu e em cooperação com os países de origem”. “Esperamos, por isso, que a agenda

europeia para as migrações que a Comissão Europeia irá apresentar muito em breve permita introduzir este debate mais alargado sobre uma das principais prioridades da UE nos próximos anos e que, nos mecanismos multilaterais de cooperação entre norte e sul do Mediterrâneo, possamos continuar a procurar soluções comuns e mutuamente benéficas para os desafios que partilhamos”, concluiu.

Pedro Passos Coelho no encerramento das Jornadas da JSD-Lisboa, "Portugal nas Tuas Mãos"

Há indicadores de crescimento em cadeia

Pedro Passos Coelho afirmou que todos os indicadores de que o Governo dispõe apontam para um novo crescimento homogêneo e em cadeia da economia portuguesa. "Conheceremos na quarta-feira os números do Instituto Nacional de Estatística (INE), mas todos os indicadores de que dispomos apontam para que a nossa economia tenha crescido, quer em termos homogêneos, quer em cadeia - quer dizer, quer comparando o com ano passado, quer com o trimestre do ano anterior, de 2014", afirmou o chefe do executivo PSD/CDS-PP.

Pedro Passos Coelho apresentou esta estimativa durante uma iniciativa da Juventude Social Democrata (JSD), em Cascais, defendendo que o crescimento da economia se deve aos seguintes factores: "Uma melhoria da nossa procura interna também, com investimento, com algum consumo ligado ao novo emprego que foi criado, mas também através das exportações".

A este propósito, o presidente do PSD referiu-se aos dados divulgados pelo INE, sobre as exportações, considerando-os "muito expressivos". "Mostram que a nossa exportação melhorou cerca de 4 por cento relativamente ao ano anterior, enquanto as importações terão caído cerca de 1,5 por cento. Significa, portanto, que continuamos a caminhar em 2015 por um equilíbrio externo que temos sabido manter e até alargar e, ao mesmo tempo, sem aumentar a dívida", disse.

Na sua intervenção, Passos Coelho reclamou ter governado a "pensar nas novas gerações" e ter tornado Portugal "um país com menos restrições, com menos dificuldades" e com "um modelo económico mais sustentável, mais dinâmico e mais sustentável".

Segundo o líder do PSD, existe agora "uma nova economia", onde "sectores muito protegidos" deram lugar a "maior concorrência", com menos "compadrio" e com "uma base mais leal, mais verdadeira, em que conta menos ser filho de alguém ou próximo de certos partidos", o que interessa é "se as ideias valem, se os projectos são bons".

Passos Coelho defendeu que é preciso manter o modelo actual: "Isto é, um modelo económico que não seja de ioiô, em que se anda para cima e para baixo, para trás e para a frente, descendo impostos, subindo salários, para depois cortar salários e subir impostos no dia a seguir. Não podemos andar sempre nesses movimentos cíclicos de ajustamento ocasional. Temos de ser muito determinados".

Entendimento com PS sobre Segurança Social após as eleições

O presidente do PSD espera chegar a um entendimento com o PS sobre a reforma da Segurança Social logo após as eleições legislativas. Passos Coelho insistiu que são necessárias medidas "do lado da Segurança Social" e referiu que "o Governo já apresentou um número que é relevante para atingir o resultado que se pretende": 600 milhões de euros. Alegou que "o PS agora também reconhece que esse problema existe" e defendeu que deve ser encontrada "uma solução que seja o mais consensual possível", declarando: "Infelizmente, isso não foi possível de alcançar até às eleições com o PS. Eu espero que seja possível logo a seguir às eleições".

Nesta intervenção, Passos Coelho considerou que "era bom que, independentemente de quem viesse a ganhar as eleições, as pessoas soubessem que esse problema pode ser resolvido e como é que pode ser resolvido". "E nós entendemos que vale a pena encontrar uma solução que seja o mais consensual possível. Nós já tentámos por três vezes uma reforma que possa resolver este problema na Segurança social, que tem que ver sobretudo com pensões. Ainda não o conseguimos", acrescentou.



Passos Coelho lamentou a posição dos socialistas: "O PS agora também reconhece que esse problema existe, mas como há eleições não está disponível para discutir a coisa connosco até lá, o que evidentemente eu lamento profundamente". "Infelizmente, isso não foi possível de alcançar até às eleições com o PS. Eu espero que seja possível logo a seguir às eleições", acrescentou.

Neste discurso, Passos Coelho defendeu também a obtenção de poupanças por via da redução de organismos públicos no quadro da reforma do Estado e a contenção da despesa com salários através dos limites à substituição de funcionários públicos. "Ainda precisamos de fazer algum esforço do lado da organização interna da própria Administração. Isso está razoavelmente descrito no processo de reforma do Estado que nós aprovámos, e que implica, por exemplo, em vez de estar a replicar organismos em cada ministério que podem satisfazer necessidades que são transversais e que são comuns, reduzir esses organismos e tentar concentrar essas funções em organismos mais simples de natureza transversal".

Quanto à política de recursos humanos, declarou: "Nós estamos durante este ano e nos próximos anos a remover os cortes salariais que tínhamos, sem com isso estar a elevar a factura com salários. Como? Jogando inteligentemente na substituição de efectivos na Administração Pública. A nossa grande preocupação era ir removendo estas medidas sem com isso fazer disparar outra vez a despesa, e isso nós estamos a conseguir".

Segundo Passos Coelho, é preciso, "manter esta disciplina para futuro" e aproveitar o "ciclo económico de crescimento" para diminuir "a fatia de juros" da dívida pública.

"A fatia de juros é praticamente tanto quanto nós gastamos em Saúde durante um ano, é o primeiro ministério de todos. O primeiro programa orçamental de todos é os juros que temos de pagar pelas dívidas do passado", apontou.

Passos Coelho considerou que qualquer Governo se pudesse "era mais simpático ou mais popular" e que nenhum executivo tem "qualquer prazer em desenvolver programas que provoquem dor social ou que provoquem contracção da economia", nem governa para "magoar as pessoas" ou "perder eleições". "O que se está a dizer, no fundo, é que se está a trabalhar arduamente para se conseguir chegar a um resultado positivo, mas que esse resultado positivo não está visível. Eu espero sinceramente que ele possa ser alcançado", declarou. "Eu gostaria que a zona euro não tivesse de enfrentar nenhuma situação em que um país tivesse de abandonar o euro e, portanto, espero que isso não aconteça no caso da Grécia", acrescentou.

Relativamente à situação grega, Passos Coelho admite que "as coisas não estão a correr bem" na procura de uma solução para a Grécia e afirmou esperar que o país se mantenha na zona euro. "O que se está a dizer, no fundo, é que se está a trabalhar arduamente para se conseguir chegar a um resultado positivo, mas que esse resultado positivo não está visível. Eu espero sinceramente que ele possa ser alcançado", declarou. "Eu gostaria que a zona euro não tivesse de enfrentar nenhuma situação em que um país tivesse de abandonar o euro e, portanto, espero que isso não aconteça no caso da Grécia".

De acordo com o Primeiro-Ministro e presidente do PSD, as circunstâncias actuais da Grécia são "bastante mais

díficeis do que há seis meses", o que "penaliza sobretudo os gregos, mas traz também muita apreensão e incerteza para a zona euro". "Nesta altura, está-se simplesmente a discutir se é preciso ou não um terceiro programa de ajuda à Grécia, porque a Grécia não tem dinheiro. A economia em vez de estar a recuperar, está outra vez em recessão, a receita fiscal está a desaparecer, as necessidades de financiamento do Estado estão a aumentar", descreveu.

Segundo Passos Coelho, uma saída da Grécia da zona euro "não interessa seguramente aos gregos, não interessa a ninguém na União Europeia, não interessa a Portugal, nem à Espanha, nem a Itália", que apontou como "países que do lado das flutuações das taxas de juro a dez anos por exemplo têm revelado maior sensibilidade a esse problema".

Contudo, acrescentou: "Mas se algum problema vier a acontecer nós não estamos nas mesmas situações, circunstâncias, dificuldades em que estivemos em 2010, em 2011, em 2012 tão pouco, ou mesmo em 2013, que ainda estávamos à espera de poder concluir o nosso programa. Estamos em circunstâncias que nos permitirão enfrentar a volatilidade dos mercados sem stress financeiro. E isso é muito importante, faz toda a diferença".

Apesar de defender que Portugal está mais capaz de enfrentar a instabilidade dos mercados, o primeiro-ministro dramatizou os efeitos a prazo de uma eventual saída de um Estado-membro da zona euro: "Isso significaria que, com pressão financeira ou sem pressão financeira, tornar-se-ia mais fácil no futuro que alguém equacionasse uma saída da zona euro também. E esse pode ser um processo muito desagregador da própria União Europeia enquanto tal, porque como sabem o euro é um projecto liderante da União Europeia".

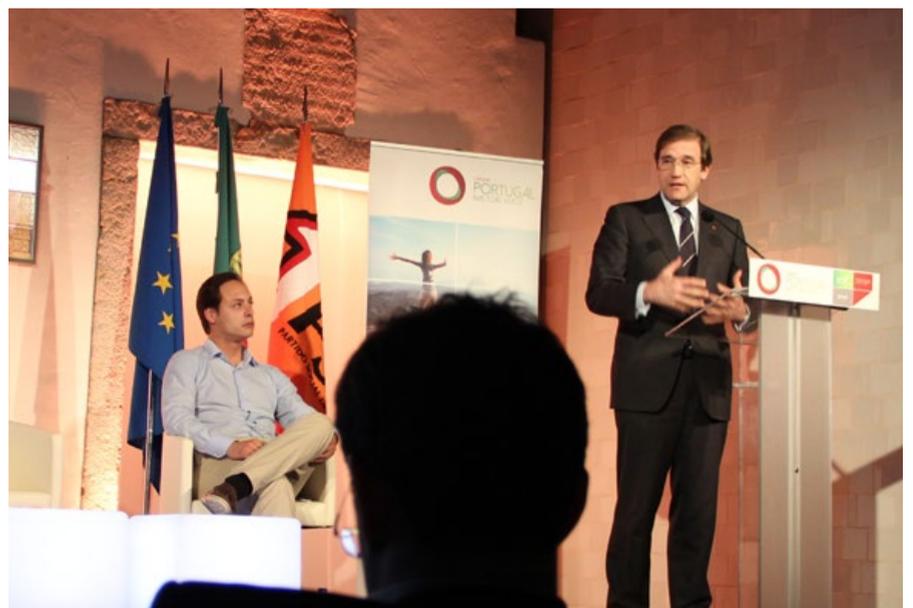


"Se começarmos por abrir essa caixa de pandora que é a de um Estado decidir que não é assim, isso levará com grande probabilidade a elementos de fractura política, de incerteza institucional que podem ser desagregadores da União Europeia. Portanto, nós preferíamos que esse problema não se pusesse, sobretudo numa altura em que ainda há tantos candidatos interessados em entrar para a União Europeia e, dentro desta, para a zona euro", concluiu.

Passos Coelho considerou que essa era "uma forma muito polida de dizer que as coisas não estão a correr bem". Em nome do Governo PSD/CDS-PP, afirmou: "Nós desejaríamos muito que houvesse uma solução para a Grécia que fosse compatível com o respeito pelas regras europeias, pelas regras da zona euro, e que o Governo grego achasse de acordo também com o mandato que tem".

O Primeiro-Ministro elogiou a "forma dedicada" como o antigo ministro e ex-deputado socialista Eduardo Pereira, que morreu dia 9 de Maio, serviu o país.

"Foi uma figura destacada da vida política portuguesa, que, ao longo da sua vida, serviu de forma dedicada o país e soube sempre defender o interesse público, nomeadamente no exercício de altos cargos de governação", refere em comunicado Pedro Passos Coelho. Eduardo Pereira foi antigo ministro de dois dos governos liderados por Mário Soares e antigo deputado socialista.



Criação do Fundo Monetário Europeu



O Primeiro-Ministro preconiza a criação de uma instituição única de supervisão e monitorização dos programas de ajustamento dos países da União Europeia (UE), em caso de crise económica, para assumir as responsabilidades do FMI e BCE. “Esta ideia é uma necessidade ditada pelo senso comum e pelo senso político e económico”, disse o chefe do Executivo, no encerramento do Congresso do Youth of the European People’s Party (YEPP), na Maia, distrito do Porto, dia 15. A instituição – Fundo Monetário Europeu - deve ser autónoma dos governos dos países intervencionados quanto à tomada de decisões para, desta forma, prevenir fragmentações políticas, sustentou.

“Uma instituição única como esta deve supervisionar e monitorizar o progresso dos programas de ajustamento, o que significa que o BCE [Banco Central Europeu] e o FMI [Fundo Monetário Internacional] ficam dispensados da missão que têm tido até agora”, frisou Pedro Passos Coelho.

Além destas funções, a instituição deve ainda ter capacidade financeira suficiente para promover reformas estruturais em cada país e que causem melhorias em toda a zona euro, acrescentou.

A longo prazo, Pedro Passos Coelho salientou que a instituição deve ter capacidade para “absorver” os efeitos negativos de uma crise económica para melhorar a resistência da zona euro, prevenir contágios e reduzir os impactos económicos e sociais que os ajustamentos provocam nos países.

Segundo o Primeiro-Ministro, a zona euro precisa de um mecanismo permanente de estabilização porque a capacidade em absorver os impactos de uma crise iria permitir reduzir os custos dos ajustamentos e a necessidade de assistência financeira, assim como prevenir a “desordem” na coesão social.

“Tenho noção de que estas propostas são ambiciosas, mas possíveis. Podem ser a base para uma Europa de consensos e temos a oportunidade para actuar agora antes que seja tarde de mais”, destacou.

Referindo-se a Portugal, que esteve sob um programa de ajustamento financeiro, o líder do governo entendeu que o país “não respondeu tão rapidamente como deveria”, mas no final foi capaz de pôr a crise “atrás das costas”.

Pedro Passos Coelho entendeu que este não é o momento para a UE se lamentar, mas fazer escolhas duradouras e viáveis, é a hora de restabelecer a zona euro em bases mais fortes. “Se as próximas reformas falharem, muitos irão questionar-se se mais vale ficar na UE ou sair dela”, realçou. “O crescimento de populistas, extremistas e movimentos políticos antieuropeus deve ser visto como um aviso para os riscos da fragmentação política na UE”, salientou Passos Coelho.



Maior envolvimento dos municípios na gestão do património



Uma maior articulação entre as autarquias e a administração central na gestão do património no âmbito da política de aproximação entre o Estado e os municípios será benéfica para o território. De acordo com o Primeiro-Ministro, que participava nas Caldas da Rainha, onde presidiu às comemorações do dia da cidade, “temos que encontrar, para futuro, formas mais inteligentes e racionais de poder valer ao nosso património, reintegrá-lo na nossa sociedade e na nossa economia, porque o Estado, no seu todo, não tem condições sozinho para o fazer”.

Aludindo ao “imenso património extraordinário que se está a degradar”, por todo o país, o chefe do executivo sublinhou que “a administração central, sozinha, não tem dinheiro para o recuperar” e, as autarquias, “sozinhas também não terão meios para o poder fazer, pelo que temos que o fazer em conjunto”. A par, sustentou a necessidade de “saber atrair empresas, investidores, para colocar uma parte do nosso património a render, que é a melhor maneira de o podermos sustentar”.

Pedro Passos Coelho explicou que esta medida se insere no “caminho de aproximação” entre a administração local e central, que acredita que “possa vir a dar melhores frutos” num momento em que se tem “pela primeira vez a possibilidade de utilizar os fundos europeus de uma forma conjunta”.

Com isso o Primeiro-Ministro espera que Portugal “consiga dar sentido a todos os sacrifícios que fez” e que, no século XXI, atinja “uma sociedade que seja próspera”, com “um Estado social que proteja os cidadãos, que evite que alguém tenha de encarar a sua vida como um acidente ou um azar, que possa ter a ajuda e a solidariedade da sua comunidade”, mas também “fazer as suas escolhas o mais livre que puder” ao longo de um caminho que “possa acrescentar valor à sua sociedade”.

“Portugal vive no primeiro mundo, apesar das dificuldades por que passamos, mas convém que cuidemos de gerar condições para nos mantermos nesse pódio”, sustentou.

Pedro Passos Coelho discursava depois ter entregado ao anterior presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Fernando Costa (PSD), a medalha de ouro do município, atribuída no âmbito das comemorações feriado municipal, que tradicionalmente assinalava a abertura do hospital termal, unidade que actualmente se encontra encerrada.



Uma nova ambição para Portugal

O presidente do PSD garantiu que a coligação com o CDS não entra no leilão das promessas fáceis, ilusões ou facilidades, garantindo responsabilidade, prudência e exigência e criticou quem acha que tem “um direito natural a governar”. Pedro Passos Coelho discursava em Guimarães, depois do líder do CDS-PP, Paulo Portas, no jantar que assinalou o primeiro aniversário da saída da “troika” e a assinatura do acordo de coligação para as próximas legislativas, sábado, dia 16. O líder do PSD foi peremptório ao afirmar que os dois partidos não oferecem “aos portugueses um caminho de promessas fáceis, de ilusões nem de facilidades” e que não vão entrar “seguramente por esse leilão”. “As pessoas sabem com o que podem contar da nossa parte: com responsabilidade, com prudência, com exigência. É desta massa que será feita a recuperação do nosso país”, destacou.

O líder do PSD deixou uma mensagem ao PS, liderado por António Costa, sublinhando que “muitos meses depois de acção do Governo e de acção da nova oposição parece que pela oposição se começa a perguntar se a vitória está assim tão adquirida”. “Começa-se mesmo a perceber no país que o resultado das eleições não está fechado. Desenganem-se aqueles que acham que têm um direito natural a governar”.

Passos Coelho respondeu às críticas que têm sido feitas pelo líder socialista: “ao contrário do que se diz, que parece que este Governo não consegue governar sem a ‘troika’ e que troika ele é mesmo sem a troika cá, apetece dizer que nós não precisamos da troika para fazer o que é preciso, mas houve quem anos a fio não fizesse o que era preciso e tivesse que chamar a troika para que os portugueses pudessem ter mais confiança em Portugal”.

Na opinião do líder do PSD, “festejou-se cedo de mais as vitórias da alternativa, que agora começa a fazer contas” e recordou que os socialistas mudaram a liderança porque “a anterior não tinha boas sondagens”. “Todos nós temos que esforçar muito para merecer a confiança dos portugueses. Nós temos provas dadas. Nós mostramos que podiam confiar em nós, não deitamos nunca a toalha ao chão”, enfatizou.

Passos Coelho considera que há agora “uma nova ambição para Portugal” e que “este Governo cumpriu aquilo que os portugueses esperavam que ele cumprisse”. “O CDS e o PSD poderiam ter perfeitamente aguardado pelo resultado das eleições e renovado então a sua confiança num Governo conjunto. Mas se o tivessem feito teriam

dito aos portugueses que não valorizam o suficiente a estabilidade política e a governabilidade do país”, justificou.

Para o Primeiro-Ministro, a persecução dos objectivos deveu-se a um “esforço colossal”, que passou pela “determinação do Governo”, pelo facto de não ter sido seguida “a estratégia que era clamada pela oposição seguramente, mas deveu-se no essencial à determinação dos próprios portugueses que sabiam que era preciso salvar o seu país”. “O que está em jogo agora é muito fácil de perceber: é saber se queremos construir alguma coisa de positivo em cima daquilo que já alcançamos ou se queremos voltar ao tempo da incerteza e da dúvida. Ouvindo hoje aquilo que no essencial os nossos opositores prometem ao país, eu tenho a convicção que mais do que nunca o rumo que temos seguido é o rumo que deve ser prosseguido”, alertou.

O jantar de assinatura da coligação entre PSD e CDS juntou, no passado sábado, mais de 2000 pessoas em Guimarães e contou com a presença do vice-presidente e porta-voz Marco António Costa, do ministro Moreia da Silva, do secretário-geral Matos Rosa, do líder parlamentar Luís Montenegro, e do eurodeputado José Manuel Fernandes, entre outros.



Um programa realista e reformador

Do acordo de coligação entre PSD e CDS para as legislativas consta um programa realista e reformador, pressupondo que se “preserva a autonomia” de cada partido e destacando-se a experiência governativa e “cultura de compromisso” de ambos. No compromisso firmado entre os dois partidos, confirma-se ainda a intenção de CDS e PSD de apresentarem um candidato comum às eleições presidenciais de 2016, candidato esse que será revelado preferencialmente após as eleições legislativas. “Em consequência deste acordo PSD e CDS terão como prioridade apresentar aos portugueses um programa orientado para o futuro, realista nas suas propostas, reformador da sua atitude e solidário nos seus objectivos”, lê-se no texto que foi assinado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.

Esse programa, explana o acordo, “reflectirá naturalmente os compromissos assumidos no Programa de Estabilidade e no Plano Nacional de Reformas mas deverá

beneficiar ainda de contributos das equipas e dos dois partidos e de uma abordagem aberta e participada com a sociedade civil e as suas instituições”.

O compromisso vinca a identidade de cada um dos partidos a que presidem e realça a capacidade de trabalho em conjunto dos dois líderes. “Os dois partidos têm identidades diferentes e continuarão a honrar a sua história e a sua singularidade. Mas PSD e CDS tem experiência de Governo, cultura de compromisso e capacidade de entendimento”, refere-se no texto.

“Essa mais valia não existe noutros sectores políticos” salienta o texto que volta enaltecer a liberdade de PSD e CDS de tomarem ou posições unilaterais consagrando que “o presente acordo preserva a autonomia dos partidos subscritores”.

Na base do entendimento entre os dois partidos de direita, esclarece o referido acordo, está o “interesse nacional acima de tudo” pelo que PSD e CDS consideram que devem fazer “tudo” o que estiver ao seu alcance para vencer as próximas eleições (?) e evitar o risco de Portugal desperdiçar o caminho feito e regressar a políticas erradas e ilusões perigosas”.

Isto porque, dizem CDS e PSD, “Portugal sofreu muito na sua reputação com o que aconteceu em 2011”, “os



portugueses fizeram enormes esforços para salvar o país da bancarrota” e, explicam, os que os elegeram “não perdoariam” se ambos não fossem “capazes de colocar Portugal primeiro”.

Sobre a constituição das listas a deputados à Assembleia da República, no texto assinado estabelecem-se listas conjuntas “com o objectivo de continuar a oferecer a Portugal um projecto de esperança e responsabilidade, com estabilidade política”, ficando estabelecido que “cada partido constituirá um grupo parlamentar autónomo”.

Assim, as referidas listas vão obedecer “no que respeita à proposta e ordenação dos candidatos de cada um dos partidos ao critério da transposição dos resultados obtidos em cada círculo eleitoral nas eleições legislativas de 2011”.

PSD e CDS afirmam ainda considerar “muito importante para o interesse de Portugal poder aproveitar ao máximo os próximos quatro anos para o crescimento e o emprego” através do bom uso “e a tempo” dos fundos europeus, ou seja, “agarrar com as duas mãos o momento de confiança que existe agora na economia portuguesa e acentuar as políticas que garantem o aumento do investimento e das exportações”.



Garantindo que partem com a “ambição de vencer”, PSD e CDS comprometem-se ainda a fazer uma campanha “pela positiva” e sóbria nos recursos utilizados.

“Acreditamos que a maioria dos portugueses decidirá prestigiar Portugal e abrir um ciclo de merecida esperança. Contamos com cada português e governaremos para todos com moderação, isenção e tolerância”, prometem.

O presidente do CDS-PP, Paulo Portas, afirmou que a coligação para as eleições legislativas assenta no “interesse nacional”, salientou que a missão de tirar o país da bancarrota está cumprida e acusou a oposição de prometer apenas ilusões.



Conservação da natureza é uma área prioritária



O ministro do Ambiente afirmou que a conservação da natureza deve ser encarada como uma questão de dever, mas também de oportunidade económica, reconhecendo ser uma área em que é necessário fazer mais. "Assumo o meu inconformismo, [e] se tiver de encontrar uma área em que, no futuro, todos temos de fazer mais, seja em Portugal ou no contexto europeu, é a área da conservação da natureza", disse o ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, na cerimónia que marcou o início das comemorações dos 30 anos da associação de defesa do ambiente Quercus, que se realizou hoje em Lisboa.

"Ainda não conseguimos encontrar uma forma suficientemente eficiente para colocar o valor económico da biodiversidade no preço final de todos os produtos e processos", salientou o ministro, apontando que essa tarefa já foi cumprida nas alterações climáticas, nos resíduos ou na água.

Mas, explicou, a conservação da natureza "ainda está demasiado associada ao Orçamento do Estado", apesar de haver "vantagens para Portugal em ser encarado como um dos países com uma biodiversidade mais rica e com valores naturais mais vantajosos".

Para Jorge Moreira da Silva, a ideia de que a aposta na conservação da natureza representa um obstáculo ao desenvolvimento "é anacrónica". Aliás, para reforçar a sua opinião, socorreu-se de dados da Agência Europeia do Ambiente que dizem estar o investimento em Rede Natura anualmente nos cinco mil milhões de euros, mas os seus efeitos positivos do ponto de vista económico representam mais de 200 mil milhões de euros por ano, ou seja, "uma relação de cinco para 200".

Por isso, a insistência na importância de olhar para a conservação da natureza não só como uma questão de "dever, mas também de oportunidade económica".

A ideia de contabilizar os efeitos da biodiversidade em "serviços" como a purificação do ar e da água, o sequestro de carbono ou a criação de biomassa, tem sido muito referida também a nível europeu já que permitirá atribuir um valor económico a estas tarefas desempenhadas pela natureza. "Isso tem um valor económico e ainda não conseguimos colocar esse valor no preço final dos produtos e dos processos e no dia em que o conseguirmos fazer estaremos em condições de remunerar esses serviços e quem vive nessas áreas passa a ter mais vantagens do que inconvenientes", resumiu o ministro do Ambiente.

Jorge Moreira da Silva enalteceu o trabalho do movimento ambientalista, principalmente da Quercus, associação que "foi trabalhando de uma forma muito corajosa durante os últimos 30 anos", apesar de nem sempre a associação e o Governo, ou o próprio ministro, terem a mesma opinião.

A Quercus "prestou, presta e continuará a prestar um serviço muito importante a Portugal e a todos aqueles que olham para o ambiente, não como uma caixinha convenientemente arrumada na lógica dos custos de contexto, mas pelo contrário, no centro do novo modelo de desenvolvimento", resumiu o governante.

Abertura de mais de 100 unidades de saúde familiar

O ministro Paulo Macedo sublinha que o Governo tem "intenção de continuar a estimular a abertura de USF". "O que eu confirmo é que abrimos nos três últimos anos 100 USF. Nos anos de crise, abrimos mais de 100 USF, com um esforço muito significativo, uma vez que entendemos que esta área de cuidados primários devia continuar a ser desenvolvida. O próprio Tribunal de Contas indicou que as USF deviam ter maior rigor em termos da sua abertura, quer em termos da sua justificação, quer em termos de custo benefício", afirmou o ministro aos jornalistas, à margem de uma cerimónia no hospital D. Estefânia.

Segundo Paulo Macedo, este ano o Governo pretende ainda abrir um número significativo de unidades com requisitos adequados: "Tudo faremos para que abram e será um número significativo, e que gostaríamos que estivesse ao nível do que fizemos no ano passado.

Criadas em 2005, as USF foram fundadas como uma forma alternativa ao habitual centro de saúde, prestando também cuidados primários de saúde, mas com autonomia de funcionamento e sujeitas a regras de financiamento próprias, baseados também em incentivos financeiros a profissionais e à própria organização.



Indústria de defesa é uma oportunidade

O ministro da Defesa Nacional exortou as Pequenas e Médias Empresas portuguesas, de vários sectores, a olharem para a “economia da defesa” como uma oportunidade de crescimento e exportação. “Queremos que todo o território nacional veja na economia da defesa uma oportunidade”, declarou José Pedro Aguiar-Branco. Falando aos jornalistas, dia 11, em Penafiel, onde hoje participou no ciclo de conferências da Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, o ministro sublinhou o interesse do Governo em “ajudar as empresas públicas e privadas, sobretudo do sector das pequenas e médias empresas, a terem uma competitividade acrescida na economia da defesa”.

“Pretendemos que na área da defesa as indústrias de natureza pública sejam mais parceiras do que concorrentes, como acontecia no passado”, afirmou.

José Pedro Aguiar-Branco explicou ainda que o Ministério da Defesa Nacional pode ajudar as empresas na “apresentação dos seus produtos fora de Portugal, aumentando a sua capacidade exportadora e afirmando a qualidade de excelência na área da defesa”.

“Estamos a fazer a apresentação da plataforma das indústrias de defesa que é uma realidade diferente da que havia no passado”, exemplificou.

Na conferência, dirigindo-se aos empresários presentes, Aguiar-Branco lembrou que a indústria da defesa é um “sector estratégico” para a Europa, numa altura em que os conflitos estão a aumentar em vários pontos de mundo. “A lógica de oportunidades deve ser encarada de forma pragmática pelas empresas e o Estado deve actuar e dar o pontapé de saída para este paradigma”, frisou, concluindo: “o mercado de exportação associado a isto é um grande campo de exploração”.

Empenho de Portugal no combate ao Estado Islâmico

Aguiar-Branco sublinhou o empenho de Portugal nas operações de combate ao autoproclamado Estado Islâmico, no âmbito da coligação internacional, com o envio de 30 militares para darem treino às forças iraquianas. Trata-se, justificou o governante, de uma “organização terrorista que constitui uma ameaça no sul da Europa”.

O ministro José Pedro Aguiar-Branco disse que os militares portugueses estarão numa região juntamente com efectivos norte-americanos e espanhóis, numa missão que envolve meios de países da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e de fora daquela aliança. O prazo previsto para a missão é de 12 meses, acrescentou.

Questionado sobre o papel de Portugal nas operações humanitárias no Mediterrâneo, Aguiar-Branco disse que o país tem atuado na “vigilância e controlo de fronteiras do Sul Europa”. Nesse âmbito, acrescentou, “Portugal tem colaborado também dando apoio de natureza humanitária com os navios de patrulha da marinha portuguesa”.

A propósito, disse que aquele tipo de operações é “uma matéria complexa que exige uma lógica integrada de várias valências”, porque, anotou, “são tratadas questões como a emigração, o narcotráfico, a pirataria, a busca e o salvamento, que exigem respostas integradas”.



Fundos para equipamentos públicos só com o acordo dos municípios

Apenas os equipamentos públicos decididos em conjunto e com o acordo dos municípios de cada região vão poder receber apoio dos fundos comunitários do Portugal 2020. Poiares Maduro assegurou, em conferência de imprensa, em Lisboa, após uma reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a posição do Executivo. A garantia do ministro foi dada, depois de o presidente da ANMP ter dito horas antes que o Governo quer ficar com fundos europeus destinados aos municípios, tendo Manuel Machado voltado a alertar para a situação na reunião desta tarde, em São Bento, com o primeiro-ministro e Poiares Maduro, que durou quase três horas, e na qual acusou também o Governo de falta de diálogo neste assunto. “Os municípios, através das Comunidades Intermunicipais (CIM), e a administração central, em conjunto com a comissão de coordenação regional, têm de definir e chegar a acordo quanto ao mapeamento, identificando quais as necessidades de equipamentos públicos no seu território. Se não houver

acordo, não há investimento, não há financiamento por parte dos fundos. Está a decorrer a organização dos planos de acção ao nível das comunidades intermunicipais. Está a ser estruturado um conjunto de operações que vão beneficiar de fundos comunitários. O que se tem verificado nos mapeamentos, diferentemente daquilo que tem sido afirmado politicamente, não estão a ser feitos esses mapeamentos em diálogo com os municípios”, sublinhou Manuel Machado, que foi entregar ao Governo as propostas aprovadas no último congresso da ANMP.

Além disso, o presidente da ANMP referiu que, no mapeamento até agora conhecido, estão investimentos e atribuições da administração central, sem que a dotação dos respectivos municípios seja acrescida desse valor.

“O que defendemos é que, se neste tipo de investimentos forem incluídas obras da responsabilidade da administração central, naturalmente que isso pode ser feito, acrescentando a dotação financeira correspondente

à despesa que existir para esse tipo de operação. E assim haverá acordo”, sustentou Manuel Machado que falou aos jornalistas antes de Poiares Maduro.

O ministro salientou, por seu lado, que este mapeamento está a ser feito com a participação de todos os interessados: CIM, municípios, administração central e comissões de coordenação regionais.

“A melhor garantia é de que o mapeamento, que tem de envolver todos os equipamentos públicos, tem de ter o acordo dos municípios. Acho que os próprios municípios ainda não têm a consciência plena de que esta regra que foi adoptada visa garantir a articulação entre todos os municípios, entre os municípios e a administração pública, mas ao mesmo tempo dá um poder aos municípios que eles nunca tiveram”, disse Poiares Maduro.

O ministro reconheceu a possibilidade de os serviços públicos e os municípios terem as suas preferências e elaborarem as listas dos investimentos mais importan-

tes para o seu território. Contudo, quer a administração central, quer a administração local estarão em pé de igualdade no momento da escolha final.

Crescimento económico dá sentido aos sacrifícios dos últimos anos

O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional considera que os números do PIB divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) dão sentido aos sacrifícios que os portugueses fizeram nos últimos anos. Segundo a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, divulgada pelo INE, a economia portuguesa cresceu 1,4 por cento no primeiro trimestre deste ano em termos homólogos e 0,4 por cento face ao trimestre anterior.

“O crescimento económico, de que tivemos a confirmação hoje mesmo, é sustentável, assente num tecido económico mais inovador, mais jovem, com base nos bens e serviços transaccionáveis, menos dependente das rendas do Estado e com maior capacidade de exportação. Essa é a principal e muito boa notícia que temos. Dá sentido aos sacrifícios que os portugueses fizeram ao longo destes anos e confirma também que o crescimento económico que estamos a ter é de natureza diferente do passado, é mais sustentável”, afirmou o ministro.

Poiães Maduro, que falava à margem da conferência ‘Investimento e Inovação’, em Oeiras, sublinhou que hoje se constata “um tipo de investimento e de actividade económica diferente”.

“Mais de 80 por cento são empresas criadas nos últimos cinco anos, mais de 60 por cento que concorreram ao primeiro concurso dos fundos europeus nunca tinham concorrido. Isso indica bem que também tem existido uma alteração no nosso tecido económico”, sustentou.

O ministro indicou ainda que o emprego nas pessoas mais qualificadas não tem deixado de crescer e que o “desafio” é a relação entre o que são as necessidades das empresas e a oferta de qualificação das pessoas que estão desempregadas.

“Não temos de ter receio de afirmar o desafio que



isto é para o país. Por isso é que nos fundos europeus há uma aposta muito grande na competitividade, mas também na promoção do emprego. Para vencer esse desafio, temos de ter consciência da natureza estrutural do desemprego, sendo que, por outro lado, a evolução que temos ao nível da qualidade do emprego que está a ser criado, reforça a confiança que a nossa economia é mais forte, mais inovadora e mais potencial de conhecimento”, acrescentou.

Poiães Maduro adiantou também que a inovação é uma das áreas que prevê maior apoio no próximo quadro de fundos europeus, admitindo que o risco continua a ser um factor que afasta o investimento. “O que o Estado pode fazer é o que já está a fazer, através de fundos para recompensar os que têm capacidade de iniciativa, inovação, criatividade e que correm riscos”, concluiu o ministro, considerando ainda tratar-se de um problema

“cultural”, no qual a sociedade não deve penalizar em excesso os que falham porque correm riscos.

Também o presidente da Confederação Internacional de Portugal (CIP), António Saraiva, sublinhou que “o risco é inerente à actividade empresarial”.

“Sabemos que, ainda mais numa altura como esta para o país, o risco é o maior inibidor do investimento. Inovar implica sempre risco, por isso deve haver mais apoio”, sustentou.

A conferência ‘Inovação e Crescimento’ foi organizada pela Oeiras Invest - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Empresarial de Oeiras, tendo como objectivo dar a conhecer oportunidades à comunidade empresarial, no âmbito dos programas Portugal 2020 e Horizon 2020.

Economia cresce 1,4 por cento até Março



A economia portuguesa cresceu 1,4 por cento no primeiro trimestre deste ano em termos homólogos e 0,4 por cento face ao trimestre anterior, segundo a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, hoje divulgada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Os dados divulgados estão em linha com os valores mais baixos apresentados pelos analistas, que oscilavam entre uma recuperação de 1,4 por cento e 1,7 por cento em termos homólogos, no caso do BPI e do Montepio, enquanto o Núcleo de Estudos sobre a Conjuntura da Economia Portuguesa (NECEP) da Universidade Católica previa uma melhoria de 2,1 por cento.

Estes analistas do BPI e do Montepio tinham igualmente antecipando um cres-

cimento económico em cadeia entre 0,4% e os 0,5%, ao contrário dos analistas do BBVA e do NECEP que previam um crescimento mais expressivo, entre os 0,9 por cento e o 1 por cento.

O INE justifica que a aceleração de 1,4 por cento em volume do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2015, em termos homólogos, “esteve associada ao aumento do contributo da procura externa líquida”, em resultado do “abrandamento das importações de bens e serviços e da aceleração das exportações de bens e serviços”.

O crescimento de 1,4 por cento compara com a variação de 0,6 por cento atingida no quarto trimestre de 2014. O INE explica ainda que o aumento de 0,4 por cento em termos reais no primeiro trimestre, face ao anterior, reflecte o contributo positivo da procura interna e lembra que esta variação foi idêntica à verificada nos últimos três meses de 2014, face ao trimestre precedente. “Esta estimativa rápida tem implícito um ganho de termos de troca superior ao observado no trimestre anterior, sendo o deflator das importações significativamente negativo, reflectindo nomeadamente a redução dos preços dos bens energéticos”, lê-se no documento.

O gabinete de estatísticas reforça que a procura interna apresentou “um contributo positivo menos significativo” no primeiro trimestre, em termos homólogos, devido “ao acentuado contributo negativo da variação de existências”, mas destaca que face ao trimestre anterior, o crescimento do PIB “traduziu o contributo positivo da procura interna”.

Esta estimativa rápida, detalha o INE, incorpora revisões na informação de base utilizada, nomeadamente decorrentes da utilização dos dados mais recentes do comércio internacional de bens, com revisões em termos nominais e ao nível dos deflatores para o quarto trimestre de 2014. Além disso, inclui a revisão para o ano de 2014 dos indicadores de curto prazo, informação nova que implicou uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais nas taxas de variação homóloga e em cadeia do PIB para o quarto trimestre de 2014, explica. Os resultados correntes das Contas Nacionais Trimestrais do primeiro trimestre de 2015 serão divulgados no próximo dia 29 de Maio de 2015, diz o INE.

Conselho de Ministros de 14 de Maio de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, bem como de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo duas decisões-quadro da União Europeia.

Essencialmente afasta-se a necessidade de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira, passando a aplicar-se a estes casos um procedimento específico mais simples e célere, ainda que plenamente garantístico dos direitos individuais.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de alteração à lei-quadro das contra-ordenações ambientais.

A alteração agora aprovada visa ultrapassar dificuldades procedimentais, com ganhos de eficiência para a administração e promovendo comportamentos com vantagens em matéria de saúde, segurança de pessoas e bens e ambiente.

Por outro lado, esta proposta cria uma disciplina única para as contra-ordenações nas áreas do ambiente e do ordenamento do território, integrando as contra-ordenações por violação de planos territoriais e de regulamentos de gestão dos programas especiais.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa ao estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado e aprovou a alteração do disposto sobre procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, bem como dos estatutos da CReSAP.

Um aspecto inovador prende-se com a introdução de um maior equilíbrio e balanceamento entre a intervenção do membro do Governo competente e a CReSAP no processo de recrutamento e selecção. O primeiro, que detém hoje o exclusivo da definição do perfil do candidato, passará agora a identificar as competências do cargo a prover, a caracterizar o mandato de gestão e as principais responsabilidades e funções que lhe estão associadas, bem como a respectiva carta de missão, cabendo à CReSAP elaborar uma proposta de perfil de avaliação de competências do candidato a seleccionar.

É ainda fixado um prazo máximo de 45 dias, contado da data do recebimento da proposta de designação da CReSAP, para que o membro do Governo competente proceda ao provimento do cargo de direcção superior.

Para reforço e valorização da própria Administração Pública, passa também a prever-se a consideração automática, em cada concurso, dos titulares de cargos dirigentes de grau imediatamente inferior ao cargo concursado.

É integrada, na bolsa de peritos, uma quota não inferior a 10% a preencher por personalidades que desenvolvam acções de formação no INA.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, bem como das condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.

Esta alteração visa a regulamentação do turismo de natureza, promovendo o reconhecimento dos empreendimentos turísticos e das actividades das empresas de animação turística e a adesão à marca nacional Natural.PT, procurando-se que o crescimento deste sector esteja associado a critérios de preservação, de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental.

Promove-se a responsabilidade empresarial e as boas práticas ambientais em todas as áreas classificadas e, em benefício das micro, pequenas e médias empresas, procede-se à simplificação do processo de reconhecimento e à isenção das taxas devidas.

São, também, eliminadas as taxas que actualmente são devidas.

5. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Trata-se de uma alteração para conformar o regime jurídico do património cultural imaterial com as alterações entretanto verificadas, nomeadamente no que se refere à integração na Direcção-Geral do Património Cultural das competências instrutórias e decisórias da extinta Comissão do Património Imaterial, aproveitando-se ainda para explicitar conceitos e princípios.

É realçado o carácter eminentemente participativo do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, do que decorre que a iniciativa da protecção legal de uma manifestação de património cultural imaterial deve resultar do envolvimento activo das comunidades.

Destaca-se ainda a obrigatoriedade de inscrição de uma manifestação de património cultural imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial previamente à sua eventual candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou à Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente.

6. O Conselho de Ministros aprovou o regime de classificação e de inventariação dos bens móveis de interesse cultural.

Pretende-se definir com clareza, as diversas fases procedimentais de classificação e de inventariação dos bens culturais móveis, à semelhança do já estabelecido para os bens imóveis, bem como estabelecer as regras necessárias à conversão das anteriores formas de protecção de bens culturais móveis.

7. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que reforça a segurança dos brinquedos, transpondo três directivas da União Europeia, relativas a essa matéria.

Nessas directivas são estabelecidas as regras de segurança dos brinquedos e da sua livre circulação na Comunidade e é determinado que os Estados-Membros tomem as medidas necessárias para garantir que os brinquedos só sejam colocados no mercado se cumprirem os requisitos essenciais de segurança.

8. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução.

Este Acordo visa complementar a legislação da União em matéria de resolução bancária e estabelece a obrigação de transferir as contribuições cobradas a nível nacional nos termos da Directiva RRB (que estabelece o enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento) e do Regulamento MUR para o Fundo Único de Resolução, regulamento que define as regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito no quadro do Mecanismo Único de Resolução e do Fundo Único de Resolução bancária.

O Fundo Único de Resolução, o Mecanismo Único de Resolução e o Mecanismo Único de Supervisão, associados à reforma da legislação bancária europeia, constituem os elementos essenciais em que assenta a realização da União Bancária decidida pelos Chefes de Estado ou de Governo no quadro do aprofundamento da União Económica e Monetária.

9. O Conselho de Ministros desafectou do domínio público militar o PM 45/Porto - Instalações do Carvalhido, constituído pelo prédio também designado por Moradia e Jardim Themudo Rangel, na freguesia de Ramalde, no Porto.

Esta decisão tendo em vista a cedência de utilização daquele prédio à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pelo prazo de 40 anos.

10. O Conselho de Ministros autorizou a Autoridade Tributária e Aduaneira a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços para licenciamento e manutenção de software para os anos de 2015 a 2017.

O montante máximo autorizado é de cerca de 6, 998 milhões de euros, sendo os respectivos encargos financeiros satisfeitos por verbas inscritas no orçamento da Autoridade Tributária e Aduaneira.

11. O Conselho de Ministros aprovou um mecanismo extraordinário de correcção cambial às remunerações e abonos dos trabalhadores das diferentes carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos, e aos coordenadores, adjuntos de coordenação e docentes integrados na rede de ensino de português no estrangeiro.

Esta decisão tem como objectivo corrigir os efeitos conjunturais da desvalorização do euro, que tem provocado um forte impacto negativo nas remunerações e abonos daqueles trabalhadores.

Reforçar os “bons resultados” no turismo

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, considera que se têm feito avanços importantes no sector do turismo, mas há ainda um caminho a percorrer para afirmar “cada vez mais” Portugal na Europa e no Mundo. “Temos todas as condições para nos afirmarmos cada vez mais num panorama europeu e mundial porque temos uma riqueza natural singular, um povo acolhedor, um nível de segurança que não tem paralelo, uma costa apelativa, uma cultura riquíssima e uma excelente gastronomia”, afirmou durante o 3.º Roteiro Temático do Turismo na região Norte, no Porto, segunda-feira.

O sector do turismo tem crescido a níveis “nunca antes alcançados” e batido “recordes sucessivos”, como se verifica nos últimos dois anos, mas ainda continua a ter “grande margem de crescimento”. Uma maior promoção externa poderá reforçar a “consistência” dos números que o sector tem registado, assinalou.

Recorde-se que o turismo desempenha um papel importante em termos de volume de negócios, criação de postos de trabalho directos e indirectos e, sobretudo, desenvolvimento económico do país.

Luís Montenegro salienta que Portugal recebe turistas durante todo o ano e não só em determinados períodos do ano, tal como acontecia no passado, beneficiando a restauração, a hotelaria e o comércio.

Na sua opinião, na região norte, onde visitou diferentes espaços, a estratégia utilizada pelo Turismo do Porto e Norte tem tido “bons resultados”, porque o número de visitantes tem aumentado com uma oferta diversificada, desde turismo religioso, cultural ou enoturismo. “A região norte tem uma capacidade de oferta bem cimentada, conseguindo torna-la atractiva e apelativa”.

O presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, Melchior Moreira, avançou que a região tem alcançado bons resultados graças à aposta nos eventos.

Discurso do PS colide com a realidade

O líder parlamentar do PSD defendeu que os números do PIB divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística mostram que o discurso do PS colide com a realidade e atestam que o caminho do Go-

verno “traz resultados”. Segundo a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a economia portuguesa cresceu 1,4 por cento no primeiro trimestre deste ano em termos homólogos e 0,4 por cento face ao trimestre anterior.

“Com estes dados, a conclusão é relativamente simples de tirar. Há um discurso político coerente com a realidade, que é o discurso da maioria e do Governo, e há um discurso político que tem hoje uma grande confrontação com a realidade, que é um bocadinho a antítese da realidade, que é o discurso político da oposição”, afirmou Luís Montenegro.

Falando aos jornalistas no Parlamento, o presidente da bancada do PSD perguntou pela coerência de “todos aqueles que vaticinaram que a economia portuguesa não ia, com as políticas dos últimos anos - com as reformas estruturais e a recuperação financeira -, produzir crescimento, que esse crescimento não se iria reflectir no mercado de trabalho”.

“O que dirá o PS que todos os dias tem apregoado, através do seu secretário-geral, que é preciso inverter o caminho, inverter tudo aquilo que tem sido a política do Governo, quando confrontado com uma realidade que vem desmentir aquilo que era o seu prognóstico”, questionou.

Apesar de dizer que não entra “em euforias”, Montenegro disse que os sociais-democratas estão “muito confiantes com o futuro”, e que possa ainda “verificar-se um crescimento da economia superior



ao que está plasmado no Orçamento do Estado e nas últimas estimativas do Governo”.

O líder parlamentar do PSD argumentou que estes são “números e factos que são também a vida das pessoas”, reflectindo um “modelo económico que passa pelo aumento das exportações e a diminuição das importações, também por um aumento da procura interna, que é sustentado na recuperação da actividade das empresas e no aumento do emprego”.

“Este crescimento da economia, quer em cadeia, quer em termos homólogos, está em consonância com aquilo que está a acontecer em toda a Europa. É até, em termos homólogos, superior ao registado na zona euro, na União Europeia a 28 é equivalente”, frisou.

Sector cooperativo sustentou muitos empregos



No debate do projecto de lei do PSD sobre o Código Cooperativo, o deputado Adão Silva começou por sublinhar que todos os deputados têm uma visão de grande elogio pelo trabalho feito pelo sector cooperativo. “Num tempo em que a crise bateu em Portugal, este sector sustentou muitos empregos, conseguiu dinamizar a economia e irradiar muita da esperança que é preciso que um povo mantenha, sobretudo em tempos de crise. Por isso temos a obrigação de fazer uma Lei bem-feita, que tenha uma marca de consensualidade, fazendo disto uma lógica de gratidão a todos os agentes do cooperativismo que têm sido extraordinários”.

O vice-Presidente da bancada do PSD admite que só um instrumento moderno, dinâmico, capaz de estar sincronizado com as novas exigências, é o desígnio que o PSD prossegue. “Não temos qualquer tipo de preconceito, estamos de mente aberta e com muita disponibilidade. Uma prova disso é que nós queremos que este projecto de lei baixe à Comissão sem votação, para que o debate seja feito de forma equilibrada e para que nos possamos ouvir de forma tranquila, ouvindo os que estão no terreno sobre esta matéria”.

Adão Silva dirigiu-se ainda à bancada do PS para questionar qual a disponibilidade dos socialistas para este processo e quais são as balizas que estabelecem.

Ligação marítima directa Terceira/Continente é estratégica



O PSD/Açores questionou o Governo Regional sobre a ligação marítima directa entre a Ilha Terceira e o Continente, “que não se realiza desde Agosto de 2013”, de modo a saber “se o executivo considera a mesma dispensável. O Governo regional deve pronunciar-se sobre esta matéria o quanto antes”. disse o deputado António Ventura. “Foi em Dezembro de 2011 que o então secretário Regional da Economia, e actual presidente do Governo, Vasco Cordeiro, anunciou com pompa e circunstância a criação de ligações marítimas quinzenais entre a Terceira e o Continente”, lembra o social-democrata, num requerimento enviado à Assembleia Legislativa.

“Segundo Vasco Cordeiro, aquela seria uma medida com grande impacto na capacidade exportadora da Ilha e permitiria uma importante valorização da Terceira”, recorda António Ventura, frisando que o anúncio da ligação “foi feito em pleno contexto de crise, e fazendo crer que a mesma seria duradoura, pois foi lembrada a conjuntura nacional e internacional de retracção económica, bem como a necessidade de abastecimento entre o Continente e os Açores”.

“Considerando que quem anunciou aquela ligação marítima, criando expectativas aos terceirenses, é actualmente presidente do Governo Regional, e que a mesma deixou de se efectuar passados menos de dois anos, é fácil perceber que essas expectativas eram falsas, e que os comerciantes e empresários, que agora têm de esperar mais tempo para expedir e receber as suas mercadorias, saíram prejudicados”.

“Em Fevereiro do ano passado, em resposta a um requerimento do PSD/Açores sobre esta matéria, o Governo Regional disse que tem mantido um permanente diálogo com todos os armadores, para assegurar o melhor serviço de transporte em todas as ilhas e um melhor equilíbrio para os interesses em presença”, adianta António Ventura.

“Passado um ano e meio, é tempo de voltar a avaliar esta questão”, afirma o deputado, garantindo que, “para o PSD/Açores, a política de transportes é estratégica para a Região, e que não podemos pretender um crescimento económico forte e duradouro, gerador de empregos e criador de riqueza, sem questionar a eficácia dessa política de transportes”, concluiu.

Câmara Municipal de Angra não faz promoção turística do concelho

O PSD de Angra do Heroísmo criticou a Câmara Municipal por “não promover o turismo no concelho”, lembrando que “os mais recentes dados na Terceira e em Angra do Heroísmo são reveladores da catástrofe que se abateu sobre aquele sector de actividade na nossa terra”, disse Luís Rendeiro.

O presidente da concelhia social-democrata alerta que “a actividade turística na Terceira e em Angra pode tornar-se insustentável a curto prazo. O Governo Regional, e principalmente a Câmara de Angra, não conseguiram, nem sequer se preocuparam, em criar para o concelho e para a cidade uma identidade turística própria”, referiu.

“Mesmo se Angra do Heroísmo é a única cidade dos Açores que é Património Mundial da Humanidade. Temos edifícios, História, cultura e tradições com uma riqueza e um potencial únicos”, lembrou, lamentando que a autarquia apenas “se limite a gerir o seu site na internet, como comprova o relatório da actividade municipal do concelho que diz respeito ao turismo”.

Luís Rendeiro adianta que se desconhecem “quaisquer reuniões entre o Município e operadores turísticos ou companhias aéreas, assim como contactos realizados pela Câmara no continente ou no estrangeiro para promover o concelho”.

“Além disso, há uma incapacidade reivindicativa da Câmara de Angra junto do Governo Regional, no sentido de se canalizarem investimentos e promoção para o sector turístico local. E de nada tem servido o facto da governação, local ou regional, ser da mesma cor política, porque o Governo Regional trata mal o turismo na Terceira e a Câmara de Angra deixa, sem ter qualquer reacção”, afirma.

“Angra é a segunda maior autarquia dos Açores, e já perdeu demasiado tempo à espera que o Governo Regional ou a sua agência de promoção do Turismo - a A.T.A. - fizessem alguma coisa pela sua promoção como



destino turístico”, acrescenta.

“Angra e a Terceira estão excluídas quase por completo do turismo de Cruzeiros, e a Câmara de Angra nada faz. Mudou o panorama das ligações aéreas entre os Açores e o continente, e os preços das passagens estão finalmente a descer, mas não se conhece qualquer acção da Câmara de Angra sobre o Governo Regional - único

accionista da SATA - para que a companhia aérea responda às necessidades do turismo terceirense”, lamenta.

Luís Rendeiro lembra que “o PS prometeu aos eleitores que Angra seria mais forte e que a Terceira teria futuro. Não poderia estar mais longe de ser cumprida essa promessa”, e o turismo “não pode continuar a ser o parente pobre da economia de Angra e da Terceira”.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director-Interino: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO PSD

Partidos da Oposição obrigam o Estado a gastos desnecessários e estimulam excessivamente o consumo com medidas que em geral são contrárias aos interesses dos mais desfavorecidos

Repetidamente tem o PSD chamado a atenção da opinião pública portuguesa para a ocorrência de factos vários, demonstrativos da convergência concertada de oposição, assumida pelo Partido Socialista e Partido Comunista, que denunciavam, expressa ou implicitamente, o desejo daqueles Partidos da formação de uma «Frente Popular».

Terminou hoje a votação na especialidade do Orçamento do Estado para 1986, e durante o seu debate, foi visível, mais uma vez, o entendimento quase sistemático daqueles dois Partidos.

No debate em causa, ficou porém claro que, desta vez, também o P.R.D., numa atitude irresponsável,

ditada exclusivamente por interesses partidários, escolheu como seus aliados sistemáticos o Partido Socialista e o Partido Comunista, para pôr em causa as grandes linhas de política económica do Governo.

Com efeito,

Estando em jogo tão importantes objectivos nacionais, as oposições — PS,

PRD e PCP — promoveram, em estreita aliança, alterações orçamentais que embora ticando aquém das suas intenções iniciais obrigam o Estado a gastos desnecessários — verdadeiros desperdícios — e estimulam excessivamente o consumo com medidas que em geral são contrárias aos interesses dos mais desfavorecidos.

Conclui o PSD que esta atitude dos Partidos da oposição representa o seu desespero e desorientação em face de um Governo que realiza as suas promessas eleitorais, dignificando a vida política portuguesa e resolvendo no dia a dia do seu trabalho tantas questões que afligem os Portugueses.

A CPN do PSD está se-

gura de que o Governo e o seu Primeiro-Ministro, depois de uma análise cuidada das consequências para a execução do seu programa resultantes das alterações introduzidas no orçamento tomará a decisão mais adequada aos superiores interesses do País.

Lisboa 4 de Abril de 1986

II CONGRESSO NACIONAL DOS TSD

— *este fim-de-semana em Tróia* —

Cavaco Silva na sessão de encerramento

Nos próximos dias 11, 12 e 13 realiza-se nas Instalações da Torralta, em Tróia, o II Congresso Nacional dos TSD.

O processo da eleição dos 300 delegados já foi cumprido, tendo sido eleitos delegados por todos os

Distritos do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

São ainda delegados ao Congresso 216 representantes de 46 Sindicatos da UGT, 15 Sindicatos Democráticos Independentes, de 41 Comissões de Trabalha-

dores e dos restantes Órgãos Nacionais dos TSD.

O II Congresso dos TSD é, assim, constituído por 516 delegados.

Nos prazos estabelecidos pelo Regulamento Eleitoral do Congresso, aprovado em Novembro último pelo

Conselho Nacional, foram apresentadas quatro Moções de Estratégia:

— uma moção global sobre a estratégia e linha político-sindical, subscrita pelo Secretariado Nacional;

— três moções sectoriais, uma sobre a educação e

duas sobre o sistema bancário português, apresentadas pelas Secções e dirigentes sindicais dos respectivos sectores.

a Sessão de Encerramento, que terá lugar às 12 horas do dia 13, contará com a presença do Presi-

dente da Comissão Política Nacional do PSD, Prof. Cavaco Silva, dos Vice-Presidentes Fernando Nogueira, Correia Afonso e Amândio de Azevedo e do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Capucho.

TEMPO DE ANTENA DO PSD

Segunda-feira, dia 14, na RTP-1
Após o Telejornal das 20 h

Com intervenções
do **PROF. CAVACO SILVA**

Dia 9 de Maio em Lisboa

GRANDE FESTA COMEMORATIVA DO 12.º ANIVERSÁRIO DO PSD

NO CAMPO PEQUENO



Reformar o Estado

Jaime Quesado (*)

Está em cima da mesa a discussão da Reforma do Estado. O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na capacidade positiva deste de legitimar uma relação de confiança essencial. Quando David Osborne nos fala da crescente oportunidade e necessidade de recolocar na agenda o “reventing the government”, está claramente a colocar a tónica num dos elementos centrais da modernidade competitiva das nações. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como “pivot” central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

A reinvenção estratégica do Estado, enquanto “plataforma de centralidade” onde convergem as dinâmicas de qualificação dos diferentes actores sociais, ganhou hoje um paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de Governo Electrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante, como Francis Fukuyama não pára de reiterar, a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, *dejá-vu*, de correcção *in extremis* das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos autosustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

Mais do que nunca se impõe neste tempo complexo um Novo Estado capaz de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, o Novo Estado não pode demorar. Tem que se assumir como actor “perturbador” do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirá um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso.

Um Novo Estado é um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque o Novo Estado é um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. O Novo Estado tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. O Novo Estado tem que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Maio de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua de S. Pedro, nº 22 – 1º A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Votação da proposta de recomendação do candidato a deputado a indicar pela Secção de Abrantes, nas legislativas de 2015.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almeirim, para reunir, no próximo dia 26 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 18h00, na Rua do Pinhal, nº 87, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h30.

AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Junho de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na Quinta dos Três Pinheiros, sita na Estrada Nacional nº 1 - Mealhada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Informação sobre as actividades desenvolvidas pelo partido a nível do distrito de Aveiro no ano de 2014 e rectificação das contas do exercício do referido ano.

2 - Análise da situação política e partidária, com a intervenção inicial do líder do GP / Dr. Luís Montenegro.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015, (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta das 22h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 15h00 às 22h00

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Batalha, para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua D. Filipa de Lencastre, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h00.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Carregal do Sal, para reunir, no próximo dia 19 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 20h30, na Junta de Freguesia de Parada, sita na Rua Poço do Barro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Distrital, sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq., (aberta das 21h00 às 24h00) ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco para reunir, no próximo dia 15 de Junho de 2015, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Pina, 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política.

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Maio de 2015 (segunda-feira), pelas 20h30, no auditório do IPDJ, sita na Rua da PSP, em Faro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política;

2 - Ratificação das Contas do PSD do distrito de Faro, relativas ao exercício de 2011, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido;

3 - Outros assuntos.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Montijo para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015, (sábado), pelas 16h00, na Praça da República, nº 23, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta das 22h00 às 24h00.

- A Sede Distrital encontra-se aberta de segunda a sexta das 15h00 às 18h00, para entrega de candidaturas

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Maio de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Combatentes do Ultramar, 20b, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua Combatentes do Ultramar, 20b, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único:

- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Av. Carolina Michaelis, Loja 37 – Linda – a -Velha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único:

- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. Pedro do Sul para reunir, no próximo dia 30 de Maio de 2015, (sábado), pelas 21h00, no Auditório do Hotel do Parque – Termas – S. Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política nacional e local.

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém para reunir, no próximo dia 28 de Maio de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, no Teatro Gil Vicente, sito na Av. 5 de Outubro - Sardoal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política actual



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Alcochete, para reunirem no dia 20 de Junho de 2015, pelas 16h00, na sede do PSD Alcochete sita na Rua do Paço nº 8 2890-062 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 16h00 e as 18h00.

ALMADA

Ao abrigo dos artigos 69.º a 71.º e 118.º, n.ºs 1 a 3 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o V Plenário Concelhio da JSD Almada a reunir no próximo dia 29 de Maio de 2015, pelas 20:30, na Sede Concelhia do PSD Almada sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Local e Nacional.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social – Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social – Democrata da Murtosa, para reunir no próximo dia 29 de Maio, sexta – feira, pelas 21 horas, na sede do PSD/JSD da Murtosa, sita na Praça Jaime Afreixo, n.º 6, em Pardelhas, Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da atividade da Comissão Política Concelhia.
2. Apresentação do plano de atividades do último trimestre.
3. Apresentação do orçamento e contas.
4. Análise da situação política.
5. Outros Assuntos.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 30 de maio de 2015 pelas 15h, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Actual;
- 3 - Outros Assuntos.

NÚCLEO DE ESTUDANTES SOCIAL DEMOCRATAS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os estudantes da Universidade da Beira Interior, militantes da JSD, para reunir no próximo dia 26 de Junho, pelas 21h00, na sede da JSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, 46 – 1º Dto., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade da Beira Interior (NESD/UBI).

Notas:

A organização do ato eleitoral será da responsabi-

lidade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD de Castelo Branco ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Castelo Branco ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da JSD Covilhã, sita na morada acima referida, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Os interessados em participar no ato eleitoral deverão fazer prova da sua militância e da sua condição de estudante da Universidade da Beira Interior (apresentando cartão de estudante ou certificado de matrícula).

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

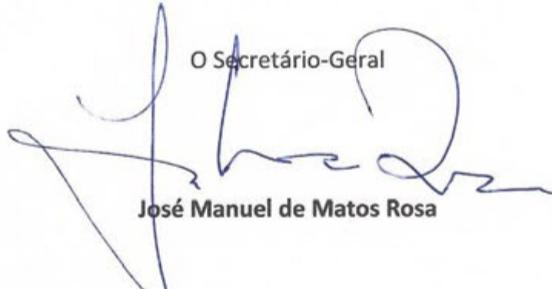


DESPACHO

ASSUNTO: Atualização de Militantes inativos – Pagamentos de Quotas.

No âmbito das minhas competências como Secretário-Geral e, atendendo ao facto da realização das **Eleições Legislativas este ano**, é necessário o apoio e o incentivo à reactivação e actualização da condição dos Militantes inativos. Como tal, determino que:

- Todos os Militantes que se encontrem na situação de “Inativos” podem, a título excepcional, reactivar a sua militância, bastando para isso proceder ao pagamento de **1 ano** de quotas, enviando o pagamento juntamente com o comprovativo de morada.
- Esta medida **entra imediatamente em vigor e prolonga-se até ao dia 31 de Dezembro de 2015.**

O Secretário-Geral

José Manuel de Matos Rosa

Lisboa, 13 de Maio de 2015

Distribuição/Publicação

- “Povo Livre”
- site do PSD
- Presidente das Comissões Políticas Regionais, Distritais e de Secção